

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.748 - SP (2019/0294637-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BENNO BUCHMAN - SP210745**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : FLAVIO OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FLÁVIO OLIVEIRA DE ALMEIDA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação n.º 3009048-72.2013.8.26.0099.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 184, § 2.º, do Código Penal, às penas de 2 (dois) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 12 (doze) dias-multa (fl. 61).

Irresignado, o Sentenciado interpôs recurso de apelação, que foi provido parcialmente pela Corte de origem, tão somente para estabelecer o regime prisional semiaberto (fl. 23).

Neste *writ*, sustenta a Defensoria Pública, em síntese: a) a inconstitucionalidade do delito de violação de direito autoral, porquanto viola o princípio da taxatividade da lei penal e consiste em prisão por dívida – já que se refere a mero ilícito civil que resulta em danos somente ao próprio titular das obras adulteradas; b) a ilegalidade do aumento de 1/6 (um sexto) na primeira fase da dosimetria, pois a consideração desfavorável de apenas uma circunstância judicial admite a exasperação pela fração de 1/8 (um oitavo).

Requer, liminarmente, o sobrestamento da ação penal com a determinação de que o Paciente aguarde em liberdade até o julgamento deste *habeas corpus* e, no mérito, a declaração difusa de inconstitucionalidade do crime de violação do direito autoral ou, subsidiariamente, o redimensionamento das penas.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

O Tribunal de origem afastou o pleito de declaração de inconstitucionalidade do crime de violação de direito autoral nos seguintes termos (fl. 19):

# *Superior Tribunal de Justiça*

*"Não procede a alegação de inconstitucionalidade pretendida pela apelante. O direito autoral é garantia fundamental prevista no art. 5º, inc. XXVII da Constituição Federal. A sua proteção é papel do Estado, e os meios para isto foram estabelecidos pelo legislador infraconstitucional, criminalizando a conduta de violação. Ademais, a tipificação da violação ao direito autoral protege diretamente o titular, mas indiretamente a sociedade, seja na forma de proteção ao emprego dos que trabalham na indústria do entretenimento, seja na garantia de que os tributos decorrentes dessas atividades sejam recolhidos. Não há falar, assim, em qualquer inconstitucionalidade.*

*Assim, não há ofensa aos princípios da individualização da pena, legalidade, taxatividade e proporcionalidade pela elevação da pena, mas, apenas, o intuito do legislador de reprimir o avanço das práticas criminosas, agravando a pena para desestimular os agentes.*

*Aliás, o tipo penal do art. 184 e parágrafos, do Código Penal, se amolda à exigência de taxatividade da norma penal incriminadora, pois o bem jurídico tutelado está minuciosamente descrito na Lei."*

Como se percebe, os fundamentos apresentados pela Corte de origem não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque foi destacado que *"o tipo penal do art. 184 e parágrafos, do Código Penal, se amolda à exigência de taxatividade da norma penal incriminadora, pois o bem jurídico tutelado está minuciosamente descrito na Lei"* e, ainda, que *"a tipificação da violação ao direito autoral protege diretamente o titular, mas indiretamente a sociedade, seja na forma de proteção ao emprego dos que trabalham na indústria do entretenimento, seja na garantia de que os tributos decorrentes dessas atividades sejam recolhidos"*, o que impede, ao menos por ora, a verificação do *fumus boni iuris* – indispensável ao deferimento do pedido liminar.

Indeferido o pedido acima apresentado, não se constata a demonstração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa – no que se refere ao pleito de ilegalidade da dosimetria, já que não foi esclarecido, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente, no que se refere ao ponto ora examinado, refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo imediatamente, porquanto, em tese, o registro da reincidência e dos maus antecedentes em desfavor do Réu (fl. 61) é suficiente para a aplicação do regime inicial semiaberto, ainda que reduzida a reprimenda nos termos do pedido da Impetrante.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais

# *Superior Tribunal de Justiça*

passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Encontrando-se os autos devidamente instruídos, dispensei as informações da Autoridade Impetrada.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

